

2012

cartágua

Relatório e Contas

na  
Mi



## ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO .....	4
AMBIENTE MACROECONÓMICO .....	4
ACTIVIDADE DA EMPRESA.....	6
INVESTIMENTO.....	7
OBJECTIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO .....	15
RECURSOS HUMANOS.....	15
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA .....	15
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO.....	21
EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE .....	22
DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL .....	22
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	23
AGRADECIMENTOS.....	23
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS .....	28
1. NOTA INTRODUTÓRIA .....	28
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO .....	28
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	28
3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA .....	28
3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	29
3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS.....	30
3.4. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO .....	30
3.5. INVENTÁRIOS .....	31
3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO .....	31
3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	31
3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS.....	32

3.9. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES .....	32
3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS.....	33
3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	33
3.12. GESTÃO DO RISCO .....	33
3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS .....	34
4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS.....	34
5. PARTES RELACIONADAS .....	34
6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS.....	35
7. IMPOSTOS DIFERIDOS .....	36
8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....	36
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES .....	36
10. DIFERIMENTOS .....	37
11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	37
12. FINANCIAMENTOS.....	37
13. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES .....	38
14. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS .....	38
15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS.....	38
16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....	39
17. CUSTOS COM O PESSOAL .....	39
18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	39
19. OUTROS GASTOS E PERDAS.....	39
20. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO .....	40
21. RESULTADOS FINANCEIROS.....	40
22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO .....	40
23. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS .....	41
23.1 ACTIVOS CONTINGENTES .....	41
23.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS .....	41



Handwritten blue ink marks, including a large '12' and other scribbles.

Senhores Accionistas,

Em cumprimento com o disposto na Lei e nos Estatutos da Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respectivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

## RELATÓRIO DE GESTÃO

### AMBIENTE MACROECONÓMICO

#### *Enquadramento Internacional*

Durante o ano de 2012, a actividade económica mundial continuou a recuperar da profunda recessão observada em 2009, na sequência da crise financeira surgida em finais de 2007. No entanto, o crescimento económico registado em 2012 ficou ainda mais aquém do ocorrido em 2011, devido principalmente a um progressivo e significativo abrandamento da actividade económica a partir de meados do segundo trimestre. Esta desaceleração foi na sua essência resultante da combinação de factores de natureza persistente, destacando-se a intensificação da turbulência financeira associada à crise da dívida soberana na área do euro.

De facto, a preocupação dos investidores internacionais em torno da sustentabilidade das finanças públicas e a assunção de perdas no sector bancário, inicialmente incidindo apenas sobre os países que requereram assistência financeira externa – Grécia, Irlanda e Portugal – começou a estender-se a outros países da área do euro, nomeadamente a Espanha e Itália. Em resultado destas tensões, registaram-se quedas abruptas nos mercados bolsistas que se traduziram num aumento generalizado da aversão ao risco.

Neste cenário, começaram a observar-se dificuldades de liquidez nos mercados monetários e um súbito aumento do custos de financiamento nos países considerados como mais vulneráveis pelos participantes nos mercados financeiros. A incerteza sobre a capacidade dos líderes europeus na adopção de medidas concretas e suficientes para a resolução da crise da dívida soberana na área do euro e, em particular, a necessidade de um segundo pacote de assistência financeira à Grécia, contribuíram para aumentar a turbulência nos mercados financeiros.

A crise da dívida soberana contribuiu para enfraquecer uma recuperação económica mundial já de si frágil. Um conjunto de factores adicionais ajuda a explicar a fraqueza da actual recuperação face a anteriores episódios. Em primeiro lugar, recessões originadas por crises financeiras e bancárias são tipicamente caracterizadas por contracções significativas do produto e por recuperações mais lentas da actividade. Em segundo lugar, a procura interna nas principais economias avançadas manteve-se relativamente fraca, em resultado da necessidade de famílias e empresas continuarem os processos de ajustamento dos balanços e de redução do endividamento. Em terceiro lugar, o processo de consolidação das finanças públicas também contribuiu para manter o crescimento da procura interna em níveis relativamente reduzidos na generalidade das economias.

O enfraquecimento da procura interna tem-se reflectido numa relativa estagnação dos mercados de trabalho e habitação em níveis bastante reduzidos, face a normas históricas, principalmente nos Estados Unidos da América (EUA). Finalmente, o abrandamento da actividade económica mundial também resultou do um forte aumento dos preços das matérias-primas na primeira metade do ano, em especial do petróleo, impulsionados principalmente pelas tensões geopolíticas em países do Médio Oriente e Norte de África.

Já em meados de 2012, a recuperação da economia mundial parecia estar a beneficiar de alguma acalmia das tensões nos mercados financeiros, em resultado do segundo pacote de assistência financeira à Grécia, conjuntamente com a introdução de medidas não convencionais de política monetária adicionais por parte do Banco Central Europeu (BCE). Com efeito, as medidas implementadas pelo BCE contribuíram para reduzir o risco de liquidez e eliminar a possibilidade da ocorrência de uma crise bancária sistémica na área do euro. No entanto, o ressurgimento da desconfiança dos investidores internacionais sobre a sustentabilidade das finanças públicas da Espanha e da Itália e a incerteza prevalecte em relação à resolução da crise da dívida soberana na área do euro reflectiram-se em subidas das taxas de rendibilidade da dívida soberana de alguns países da área do euro a partir de meados de Setembro de 2012, em particular da Espanha e da Itália.

### ***Economia Nacional***

Independentemente do tipo de análise efectuada, as previsões para Portugal não são animadoras, apresentando-se a evolução da economia nacional fortemente condicionada, essencialmente por três razões; a implementação do programa de ajustamento acordado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, o processo de desalavancagem dos diversos sectores da economia e a envolvente externa.

As actuais projecções apontam para uma contracção de 1.9% da actividade económica em 2013, após uma queda estimada de 3.0% em 2012. Esta evolução implica uma redução acumulada do produto interno bruto de 7.4% durante o período recessivo de 2009-2013. No contexto do processo de ajustamento económico, a implementação das medidas de consolidação orçamental incluídas no Orçamento de Estado para 2013 (OE2013) desempenhará um papel importante na evolução da procura interna – uma queda significativa em 2013, embora mais moderada que a prevista para 2012.

Em termos acumulados, a redução da procura interna no período 2009-2013 deverá situar-se em cerca de 17%. A evolução das exportações continuará a contribuir para mitigar o impacto da redução da procura interna sobre a actividade económica, embora de forma mais limitada em 2013.

À semelhança do observado em 2012, espera-se um crescimento virtualmente nulo da procura externa em 2013 (0.3%). As importações deverão voltar a contrair em 2013, a exemplo do previsto para 2012.

Para 2014 projecta-se um aumento da actividade económica de cerca de 1.3%, num quadro em que não foram consideradas medidas de consolidação orçamental adicionais para além das que decorrem da manutenção das medidas incluídas no OE 2013.

Neste pressuposto, o crescimento económico projectado para 2014 assenta numa recuperação moderada da procura interna, incluindo o consumo público, sustentado pelo aumento do rendimento disponível das famílias e por uma melhoria das perspectivas da procura com impacto sobre a FBCF.

Esta evolução será acompanhada por um aumento das exportações, assente na recuperação da actividade económica nos principais mercados de destino das exportações portuguesas.

Existem riscos descendentes para a projecção da actividade económica, com especial incidência em 2014. Estes decorrem, nomeadamente, do facto de apenas se considerarem medidas orçamentais já aprovadas ou anunciadas e suficientemente detalhadas, em linha com a regra do Eurosistema habitualmente utilizada. Desta forma, a projecção para 2014 deve ser interpretada com particular prudência, dado que as autoridades já anunciaram a necessidade de delinear medidas adicionais para cumprir os objectivos orçamentais assumidos ao longo do horizonte de projecção.

A alteração profunda da composição da despesa, em particular a expressiva queda da procura interna acompanhada por um aumento significativo das exportações, tem-se traduzido num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. O saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9.4% do PIB em 2010 para uma situação próxima do equilíbrio em 2012. A materialização da actual projecção implica a continuação desta tendência, e a observação de um excedente da balança corrente e de capital de 4.4% do PIB em 2014. Uma parcela muito significativa deste ajustamento espelha a melhoria da balança de bens e serviços neste período, para a qual se projecta um excedente de 3.1% e 4.1% em 2013 e 2014, respectivamente, após décadas de défices crónicos.

A inflação, medida pelo crescimento do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), deverá estabilizar em torno de 1% ao longo de 2013-2014, o que representa uma descida face ao valor de 2.1% observado em 2012. Este abrandamento iniciar-se-á já no início de 2013, à medida que se comecem a dissipar os efeitos do aumento da tributação indirecta e dos preços de bens administrados registados no início de 2012. A avaliação de riscos aponta

para a possibilidade de um nível de inflação superior ao projectado, em particular para 2014, sobretudo se forem adoptadas medidas de consolidação orçamental com impacto sobre os preços no consumidor.

Estas projecções implicam uma revisão em baixa das perspectivas de crescimento do PIB em 2013 face ao Boletim Económico de Outono do Banco de Portugal, que reflecte, essencialmente, a materialização do risco então identificado de um crescimento económico mundial menos favorável que o considerado. A materialização deste risco teve impacto negativo sobre o crescimento projectado das exportações e, conseqüentemente, da actividade económica.

Resumindo, as projecções para a economia portuguesa apontam para a manutenção, em 2013, do quadro recessivo que a caracterizou nos dois anos precedentes, reflectindo uma queda expressiva da procura interna acompanhada por um abrandamento das exportações. Contudo, em termos intra-anuais, perspectiva-se uma recuperação limitada da actividade económica na segunda metade do ano de 2013, em resultado da inversão do perfil descendente da procura interna.

### **Enquadramento Sectorial**

O sector manteve o prosseguimento da estratégia e dos objectivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais – o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II), cujo Despacho de Aprovação foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro de 2007, e a Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-industriais (ENEAPAI), aprovada por Despacho Conjunto n.º 8277/2007 de 2 de Março, publicado no Diário da República a 9 de Maio de 2007.

Com base na estratégia definida no PEAASAR II, as entidades gestoras, a par com a necessária execução de infra-estruturas para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem, devem assegurar que o preço dos serviços reflecta os custos da água e do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, e promover o uso eficiente dos recursos, através de adequadas práticas ambientais, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais, sem perder de vista as recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis, em particular as relacionadas com o aumento da escala territorial das intervenções e o aproveitamento integral dos financiamentos associados.

Em resumo, fica claro que as orientações nacionais para o sector assentam numa articulação de objectivos e de princípios de sustentabilidade, num contexto de grande exigência de gestão, com vista ao alcançar de tarifas dentro dos limites socialmente aceitáveis, esperando-se da investigação, desenvolvimento e inovação contributos decisivos para tais desideratos, em linha com o Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, que veio alterar o enquadramento legal do sector, estabelecendo princípios de universalidade de continuidade e qualidade de serviço, eficiência e equidade dos tarifários aplicados, entre outros, independentemente do modelo de gestão adoptado.

### **ACTIVIDADE DA EMPRESA**

A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, por contrato celebrado a 18 de Março de 2010, com o Município do Cartaxo, e por um período de 35 anos.

A Concessão tem por objecto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Cartaxo, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.



### Eventos Relevantes

No sentido da contínua melhoria das condições de trabalho e segurança, bem como das condições de atendimento a clientes, realizou-se no final de 2012 a mudança do local de atendimento ao público, o qual passou a ser na Travessa do Quintino, Lote E - R/C Esq, no centro do Cartaxo, frente ao Município, dispondo agora a Cartágua de instalações mais modernas e funcionais.

### INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge quase 14 milhões de euros, a preços correntes. O valor total do investimento referido, deverá realizar-se durante os primeiros seis a oito anos de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Cartágua irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente no valor de mais de 6.7 milhões de euros.

De forma a demonstrar o total empenho e dedicação da Cartágua, na constante melhoria do serviço prestado aos munícipes do Cartaxo, foi projectado um plano de investimentos ambicioso, que irá para além do exigido no concurso público e que terá como rubricas principais:



### Rubricas do Plano de Investimento em Execução

Na Freguesia do Cartaxo:

- Central das Pratas

O controlo dos níveis de cloro na rede de abastecimento é essencial para prevenir possíveis contaminações microbiológicas. A Cartágua substituiu o equipamento de análise automática de cloro, por um equipamento mais preciso e mais eficiente, tendo sido colocado um sistema de telegestão independente, de forma a ser possível actuar com a maior brevidade possível sobre qualquer anomalia.

- Remodelação da Rede de Abastecimento do Cartaxo

Este projeto refere-se à remodelação das Redes de Abastecimento de Água da cidade do Cartaxo, que se encontravam construídas em fibrocimento e com uma utilização para além do seu período de vida útil. O projeto está dividido em várias zonas de abastecimento, encontrando-se finalizada a zona 1, 2 e 3 tendo-se iniciado os trabalhos na Zona 4, os quais estão previstos terminarem durante o próximo semestre.

- Construção da Rede de Abastecimento de Água de Várzeas e Sesmarias

A Rede existente tinha um diâmetro nominal de 60 mm, cuja origem da água é o reservatório de São Gens. Realizou-se neste projeto uma conexão à rede existente, de modo a conseguir abastecer esta zona. O plano de sinalização da obra em causa, foi remetido para o Município do Cartaxo, tendo sido considerado durante toda a execução da rede de abastecimento, a salvaguarda de bens e pessoas afetos aos trabalhos com o uso de EPI e EPC, sempre que necessário.

- Furo de Captação AC5

Com a substituição e renovação de furos de captação de água, consegue-se garantir uma maior capacidade de resposta, aos maiores níveis de maior consumo, podendo assim responder-se às solicitações dos utentes. No segundo semestre de 2012 foi renovado o grupo submersível do furo AC5, bem como a tubagem completa do furo.

- Renovação dos Furos

Em Maio de 2012, iniciou-se o arranjo do espaço exterior do furo de captação AC1 localizado na Quinta das Correias. Procedeu-se á colocação de nova rede de vedação para proteção do perímetro intermédio da captação. Ao mesmo tempo realizou-se a construção de paredes laterais para fechar o local onde se encontram os quadros elétricos e respetivo perímetro do furo de captação. Foi renovada a iluminação exterior do recinto assim como a iluminação interior da casa de manobras.

- Estação de Tratamento de Águas Residuais do Cartaxo

A 15 de Fevereiro de 2012, a Cartágua procedeu ao início da exploração da ETAR do Cartaxo, imediatamente após a requalificação da instalação. A obra de entrada foi totalmente remodelada, tendo sido instalado um Aqua-Guard equipado com uma grelha de 4 mm, um desarenador e um classificador de areias, de forma a eliminar os resíduos de desarenamento existentes no afluente. Procedeu-se à requalificação dos decantadores primário e secundário, bem como à instalação de novas pontes raspadoras, deflectores de fundo e superfície e caixas de recolha de escumas. No intuito de preservar o meio ambiente, foi concebida uma câmara de contacto onde se adiciona ao efluente uma concentração de aproximadamente 2,5 mg/L hipoclorito de sódio a 13%.

- Estação Elevatória do Olho de Elias

A Estação Elevatória do Elias encontra-se localizada a Sudoeste do Cartaxo. Recebe o efluente proveniente das populações da freguesia de Várzeas e da cidade do Cartaxo através de um emissário gravítico e bomba para a ETAR do Cartaxo. A Estação Elevatória encontrava-se num elevado estado de deterioração apresentando algumas lacunas no tratamento que se encontrava a ser realizado nesta instalação. As principais deficiências centram-se na existência de uma grade mecânica, que se encontrava sem funcionar e com uma grande afluência, com conseqüente acumulação de areias, principalmente nos dias de maior pluviosidade.

- Rede Coletora do Cartaxo

Verificando-se a inexistência de cadastro, no que se refere à Rede Coletora de Águas Residuais do Cartaxo, esta obra só foi iniciada no segundo semestre de 2012, não se encontrando ainda concluída. Com o crescente conhecimento da rede, identificou-se a existência de inúmeras caixas de visita obstruídas por betuminoso ou, em algumas situações, inexistência das mesmas. Esta situação encontra-se a ser alvo de alteração, por parte desta entidade.

Na Freguesia de Vila Chã de Ourique:

- Reservatório Elevado

Manter a instalação elétrica em excelentes condições de operacionalidade, constitui uma garantia para a diminuição das avarias na distribuição de água à população de Vila Chã de Ourique. Identificado um elevado estado de deterioração da instalação elétrica no depósito elevado de Vila Chã de Ourique, procedeu-se à completa reorganização e renovação do sistema elétrico existente.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a checkmark and the name 'Ali'.

- Furo de Captação AC3

Após a renovação do sistema de cloragem existente no furo de captação AC3, o mesmo cumpria com as condições normativas, encontrando-se contudo por concluir a colocação de sinalética de emergência.

- Rede de Saneamento

A manutenção da rede de saneamento de forma constante e profissional, é um ponto fulcral para a redução de obstruções que possam ocorrer, bem como para a prestação de um serviço de excelência aos utilizadores. De forma a atingir este o objetivo com a maior brevidade possível, a Cartágua iniciou em Novembro de 2012 o cadastro da Rede de Saneamento na Freguesia de Vila Chã de Ourique.

Na Freguesia de Pontével:

- Furo de Captação AC4

A presença de um balão hidropressor numa instalação com as características do furo AC4, permite prolongar a vida útil dos equipamentos eletromecânicos instalados, principalmente os motores. Após identificar-se que o balão hidropressor instalado apresentava algumas deficiências no seu funcionamento, este foi substituído por um mais eficiente.

- Depósito de São Gens

Manter o sistema de abastecimento em perfeita segurança, é essencial para garantir uma elevada qualidade da água distribuída. Convictos de tal situação e verificando-se que o reservatório de São Gens apresentava ausências de caixilharias em perfeitas condições, e de estanquicidade, estas foram totalmente renovadas, permitindo um perfeito isolamento relativamente ao exterior.

- Estação de Tratamento de Águas Residuais de Pontével

A Estação de Tratamento de Águas Residuais de Pontével recebe dois tipos de afluentes, um gravítico e outro bombeado da Estação Elevatória junto ao rio. São evidentes as melhorias verificadas desde o início de concessão da Cartágua nesta instalação. Continua a melhoria dos equipamentos existentes.

- Rede Coletora de Pontével

A rede coletora de drenagem de águas residuais da localidade de Pontével, encontra-se sem cadastro e com diversas caixas de visita obstruídas com betuminoso ou inexistência das mesmas em diversos metros de rede coletora. Identificou-se como prioritária a caracterização do sistema de drenagem, e após finalização do cadastro procedeu-se ao levantamento e construção de novas de caixas de visita.

Na Freguesia de Vale da Pinta:

- Interligação de Vale da Pinta a São Gens

Aquando do início da concessão da Cartágua, o reservatório de São Gens recebia água do furo AC4. Em caso de falha do furo este poderia ser abastecido através do depósito de Vale da Pinta de forma gravítica. O sistema encontrado era manifestamente insuficiente, na ocorrência de falhas no furo de captação AC4, tendo sido iniciada a intervenção na interligação entre os depósitos de Vale da Pinta e São Gens.

- Rede de Saneamento

Parte da rede de drenagem de águas residuais da localidade de Vale da Pinta, encontra-se construída contudo, ainda não se encontra a ser encaminhada para uma extração de tratamento. Esta situação foi devidamente identificada, tendo esta empresa procedido de imediato à execução de um projeto para se tal situação seja, o mais rapidamente possível eliminada.

Na Freguesia da Ereira:

- Rede de Abastecimento

As tomadas em carga existentes no depósito elevado da Ereira, ostentava algumas deficiências de manutenção e de desgaste. Perante tal situação, e de forma a aumentar o controlo realizado na rede de distribuição de água, a Cartágua renovou as tomadas em carga e instalou transdutores de pressão.

- Rede de Saneamento

A Cartágua tem constantemente a preocupação de manter a salubridade pública, no que se refere às águas residuais. Para que tal situação seja mantida constantemente, a manutenção preventiva é fulcral. De forma a podermos responder prontamente às solicitações de obstruções na rede de drenagem, aumentar o número de manutenções preventivas, aumentar a salubridade e higienização da rede iniciou-se a construção de caixas de visitas, nivelamento da cota das caixas que se encontravam sob o asfalto e remodelação de outras.

Na Freguesia da Lapa:

- Rede de Abastecimento

No início da exploração do sistema pela da Cartágua, em Outubro de dois mil e dez, a válvula hidráulica perdia água pelo descarregador de superfície, uma vez que a válvula de fecho da conduta adutora se encontrava sobredimensionada e nunca atuava sobre a ação do nível máximo do reservatório. Identificou-se a situação no auto de consignação lavrado. A referida válvula foi reparada.

- Rede de Saneamento

A aposta constante na manutenção preventiva da rede de drenagem de águas residuais, é um ponto essencial para garantir a acessibilidade do serviço à população da Lapa. Para um aumento da qualidade do serviço prestado, a Cartágua realizou o cadastro da rede de saneamento da Lapa e Casais da Lapa.

Na Freguesia de Vale da Pedra:

- Estação de Bombagem

A Cartágua assume perante os seus utilizadores, uma prestação de serviço de excelência. Por forma a melhorar constantemente o serviço prestado, na estação de bombagem de Vale da Pedra, que recebe água diretamente da EPAL foi necessário substituir o balão hidropressor existente, bem como a válvula de sectionamento principal.

- Rede de Saneamento

As câmaras de visita são dispositivos acessórios das redes de drenagem de águas residuais e tem como finalidade facilitar o acesso aos coletores para efeitos de manutenção, de inspeção e de eventual

reabilitação, em condições de segurança e de eficiência. Ciente de tal situação, a Cartágua iniciou o processo de reabilitação das caixas de visita instaladas na localidade de Vale da Pedra.

Na Freguesia de Valada:

- Tomada de água da EPAL

Identificando-se a ausência de acesso por parte da Cartágua, ao contador instalado no ponto de entrega de água da EPAL em Valada, iniciou-se os trabalhos para se proceder à colocação de contador de água.

- Seccionamento da Rede de Abastecimento

O seccionamento da rede de abastecimento é essencial para garantir um serviço de excelência à população. Encontrando-se a Cartágua ciente que uma das principais lacunas no serviço de abastecimento é a ausência de seccionamento, iniciaram-se os trabalhos de forma a suprimir as referidas deficiências.

- Estação de Tratamento de Águas Residuais de Reguengo

A ETAR do Reguengo encontra-se equipada na sua estação Elevatória com um cesto, para recolha de gradados, com uma malha de 5mm de forma a impedir que os resíduos com maiores dimensões penetrem no sistema de tratamento.

- Estação Elevatória de Valada

A estação elevatória de águas residuais da Valada recolhe as águas residuais da localidade com o mesmo nome e bombeia-as para a estação de tratamento de águas residuais da Valada. Esta estação elevatória encontra-se equipada com duas bombas submersíveis, sendo uma reserva da outra. As bombas instaladas na referida instalação foram alvo de manutenções preventivas profundas, de forma a prevenir eventuais danos cujo a recolha de águas residuais ficasse comprometida. A parte elétrica e eletromecânica da estação elevatória não ficou esquecida, realizaram-se as seguintes ações:

- Substituição do quadro elétrico existente;
- Revisão total da instalação elétrica, que se encontrava detorada;
- Realizaram-se melhorias substanciais nos circuitos elétricos e de comando;
- Instalou-se iluminação exterior à instalação;
- Substituição das boias de comando existente na estação elevatória.

- Rede Coletora de Saneamento

As redes coletoras de saneamento de Porto de Muge, Valada e Reguengo encontram-se totalmente cadastradas. Após o referido trabalho identificaram-se algumas caixas de visita obstruídas na superfície com betuminoso, não permitindo desta forma, a manutenção que se pretende que seja o mais eficaz e eficiente possível. No segundo semestre de 2012, os trabalhos de cadastro e identificação de caixas de visita encontram-se totalmente concluídos. Esta ação permite melhorar a manutenção realizada na rede de drenagem de águas residuais, aumentando a salubridade pública e diminuindo as ocorrências na rede.

No Concelho do Cartaxo:

- Telegestão

Com a colocação de sistemas de telegestão nas centrais de bombagem de águas residuais como de água para consumo humano, com a finalidade de dispor de uma ferramenta fiável e eficaz que permita otimizar a gestão e a automatização das instalações de abastecimento de água e de saneamento do concelho de

Cartaxo. Nos meses compreendidos entre Janeiro e Dezembro de 2012, colocaram-se novos dispositivos de telegestão nos seguintes locais:

- Estação de Tratamento de Águas Residuais de Pontével
- Estação Elevatória do Rio
- Estação de Tratamento de Águas Residuais do Cartaxo
- Furo de Captação AC1

#### ▪ Equipamento eletromecânico

Os equipamentos eletromecânicos em uso no sistema de abastecimento do Cartaxo, já excederam o seu período de vida útil ou encontram-se com deficiências de manutenção. Assim, e de acordo com o plano de investimentos apresentado pela concessionária à proposta de concessão e de acordo com o relatório do Auto de Receção das Instalações de Abastecimento de Água e Águas Residuais do Cartaxo, foi necessário rever algumas instalações.

#### ▪ Instrumentação

A instrumentação permite a monitorização das grandezas físicas a controlar, como variáveis do sistema, com a qual seja possível o reajuste dos equipamentos para as condições reais. No que se refere a instrumentação eletromecânica, hidráulica e elétrica de suporte, foram implementados ou substituídos alguns equipamentos tais como;

- Atuadores eléctricos de válvulas no Reservatório de Vale da Pinta
- Renovação de caudalímetros nos Depósitos de Vale da Pinta, Ereira, Casais da Amendoeira, Vale da Pedra e Furos AC1, AC2 e AC3.
- Colocação de transdutores de pressão no Depósito de Vale da Pinta, Ereira, Casais da Lapa
- Analisadores de Rede, em todos os novos quadros eléctricos
- Arrançadores suaves nos Furos de Captação AC1, AC2, AC3 e AC4
- Instalação de baterias de condensadores

#### ▪ Quadros Eléctricos

Os quadros eléctricos de todas as instalações não cumpriam com as normativas em vigor, colocando todas as instalações em risco de avarias, assim como a segurança dos operadores. Assim todos os quadros foram substituídos por forma a satisfazer as disposições as diretivas Europeias. Com a implementação de novos quadros teve-se em conta a maximização da eficiência energética. Neste sentido foi alterado o tipo de esquema de arranque das bombas, passando de estrela-triângulo para arranque suave com arrançadores suaves ou com variadores de velocidade, dependendo do tipo de instalação

#### ▪ Renovação do Parque de Contadores

No abastecimento de água à população, tendo por base a economia da gestão integral, torna-se necessário conhecer, com a maior exatidão e precisão possíveis, os volumes fornecidos, já que deles, em grande parte, dependem os rendimentos dos sistemas integrais de distribuição de água. O tempo de vida máximo recomendado de um contador de água é de aproximadamente 20 anos, com um mínimo de duas revisões durante este período (a cada 7 anos) ou menos, consoante o tipo de aparelho e o tratamento que se lhe dá e dependendo da incidência de diversos factores. Encontrando-se os contadores instalados com um período de vida útil superior ao tempo máximo recomendado, a Cartágua renovou no segundo semestre de 2012, um total de 363 contadores no concelho do Cartaxo.

Handwritten signature and initials in blue ink.

- Segurança e Higiene no Trabalho

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho, é considerado um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias. Cientes das falhas consideráveis que o sistema apresentava no que se refere à ausência de sinalética e de meios de combate a incêndios, a Cartágua concluiu no segundo semestre de 2012 a colocação dos referidos equipamentos. Actualmente todos as instalações exploradas pela Cartágua dispõem de sinais de emergência, obrigação e proibição, bem como extintores adequados a cada instalação (Pó Químico, CO2 ou ABC).

- Controlo de Pragas

O plano de controlo de pragas de todos os locais, afetos ao sistema de distribuição de água para consumo humano e recolha e tratamento de águas residuais encontra-se a ser mantido, com uma periodicidade bimensal. A Cartágua elimina, através deste processo, possíveis pragas nas suas instalações, garantindo uma melhor qualidade do seu sistema.

### Aspectos Técnicos

- Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela Cartágua aos utilizadores do concelho de Cartaxo é verificada através de inúmeras recolhas efectuadas periodicamente nos diversos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas em laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2012. Este programa foi aprovado em 30 de Dezembro de 2009 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.

- Volumes de Água Comprada e Captada

Neste segundo ano de atividade, a Cartágua obteve a água para consumo humano através dos seus 5 furos de captação assim como, através dois pontos de ligação à Rede da EPAL.

- Volume Facturado por Tipo de Utilizador

No que respeita aos metros cúbicos de água facturados, a Cartágua facturou no segundo ano um total de 1.306.556 m3, divididos pelos diferentes tipos de utilizadores.

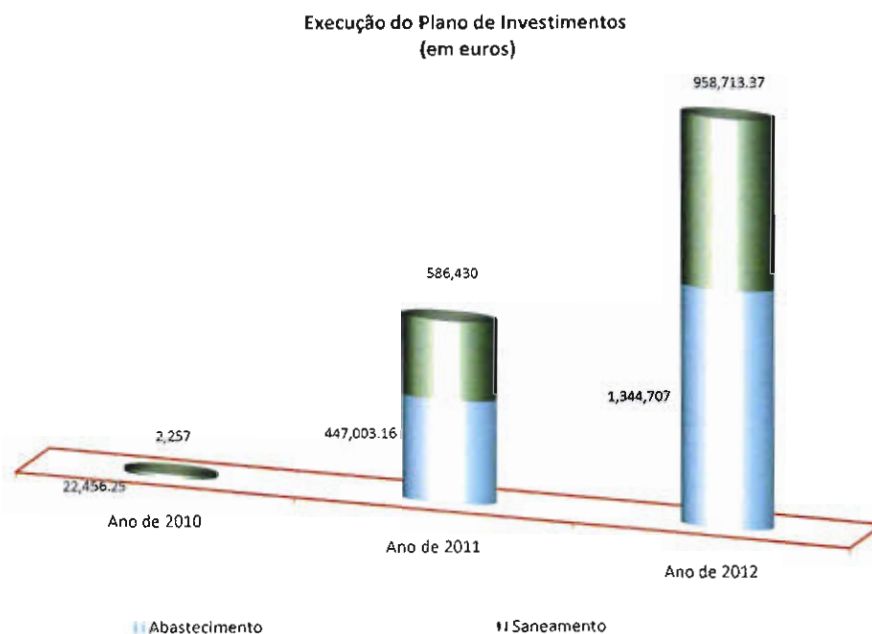
- Interrupções de Funcionamento Planeadas e não Planeadas

No segundo ano de atividade, o número de intervenções não programadas em ramais de abastecimento e em condutas foram essencialmente devido a roturas, no total de 191 intervenções. De referir que muitas das interrupções de fornecimento poderiam ser evitadas caso, existisse uma maior sectorização das redes de distribuição existentes. No que respeita às interrupções de funcionamento planeadas, foram efetuadas 37 interrupções com aviso prévio.

### Plano de Investimentos Executado

O investimento em infra-estruturas, realizado durante o ano de 2012 foi de 1,269,987.37 euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final de 2012 o montante acumulado de 2,303,420.25 euros, o qual, face ao valor inicialmente definido como obrigatório (13,850,976.00 euros), apresenta uma percentagem de realização de quase 17%.

No gráfico abaixo apresenta-se a evolução registada ao nível das grandes rubricas do Plano de investimentos, relativamente aos ultimos 3 anos da sua execução:



- 14 -

Em detalhe, o investimento acumulado em infra-estruturas, realizado pela Cartágua a final de Dezembro de 2012 foi o que se apresenta no quadro seguinte:

Abastecimento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	353,001.65
		Baixa	561,567.83
	Pontével, Casais Amendoeira, Casais Lapa	Alta	259,832.65
		Baixa	73,937.34
	Valada, Porto Muge, Reguengo	Alta	2,777.91
		Baixa	0.00
	Vale da Pedra	Alta	93,589.50
		Baixa	0.00
	<b>Sub-total</b>	<b>1,344,706.88</b>	
Saneamento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	479,039.17
		Baixa	198,197.34
	Pontével, Casais Amendoeira, Casal Penedo, Vale da Pinta	Alta	33,107.43
		Baixa	95,592.17
	Vale da Pedra, Casal Lagartos	Alta	0.00
		Baixa	5,000.00
	Valada, Porto Muge	Alta	12,988.17
		Baixa	0.00
	Eira, Lapa	Alta	587.39
		Baixa	134,201.70
	<b>Sub-total</b>	<b>958,713.37</b>	
	<b>Total</b>	<b>2,303,420.25</b>	





## OBJECTIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Cartágua assumiu, como seu objectivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município de Cartaxo, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o know-how do seu accionista, a Cartágua apresentou e mantém até hoje, um projecto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Cartágua tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Cartaxo, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

## RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Cartágua é definida em relação directa com a estratégia de ambos os grupos accionistas, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam directamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objectivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

- 15 -

Neste sentido, a Cartágua procura conciliar o interesse e os objectivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2012 de 24 pessoas, o mesmo número que em 2011.

## ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Cartágua espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adoptando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que se a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Cartágua no ano de 2012, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respectivas notas.

Damos nota, que a empresa aplicou as normas IFRS para o exercício de 2012 e procedeu ao ajuste das demonstrações financeiras do exercício de 2009 (desde 1 de Janeiro de 2009), de acordo com a versão das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro em vigor à data de 31 de Dezembro de 2012.

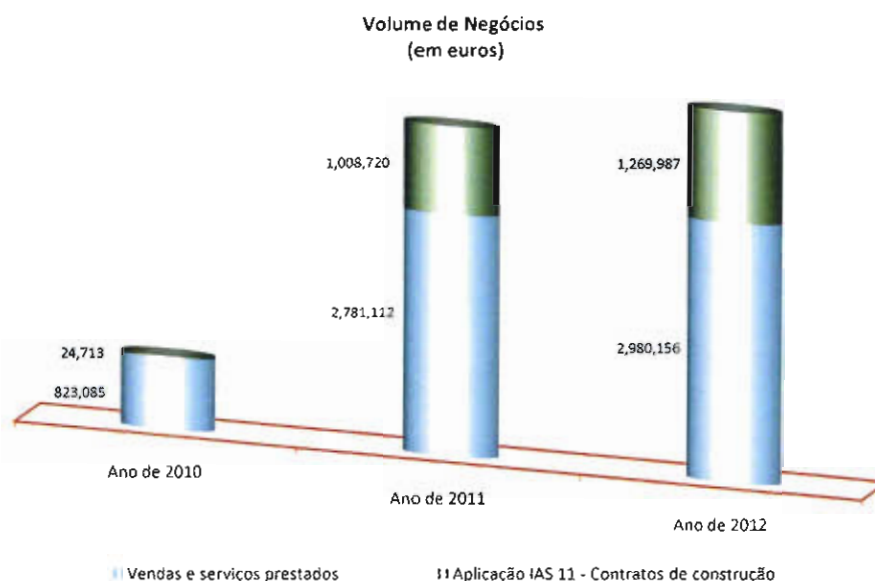
Handwritten notes in blue ink, including a checkmark and the number '12'.

### Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 4.250 milhões de euros (2.980 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 1.270 milhões de euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício actual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 7.16% (de 2,781,111.74 euros em 2011 para 2,980,156.08 euros em 2012), tendo no mesmo sentido, a rubrica de proveitos originados pela aplicação da IAS 11, acrescido a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 25.90% (de 1,008,719.63 euros em 2011 para 1,269,987.37 euros em 2012).

Para um melhor entendimento, apresentamos o gráfico da evolução do volume de negócios:



- 16 -

### Gastos e Perdas

O total dos gastos da Cartágua foi em 2012 de 4,865,899.20 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 4,426,785.19 euros, representa um acréscimo de 9.92%.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 84,191.16 euros, representando cerca de 1.73% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 85,173.97 euros, representando então cerca de 1.92% do total dos gastos do exercício.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), registou 1,499,492.20 euros, representando cerca de 30.82% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 1,442,698.71 euros, representando cerca de 32.59% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de 3.94%.

Para o total dos gastos contribuiu decisivamente a rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2012, contribuindo para 26.10% dos gastos totais, o equivalente a 1,269,987.37 euros para o período em análise.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 386,023.48 euros, representando cerca de 7.93% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava 457,582.01 euros, representando então cerca de 10.34% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal apresenta um decréscimo de 15.64%.

A Cartágua registou em 2012, e pela primeira vez, dívidas incobráveis no montante de 34,749.16 euros.

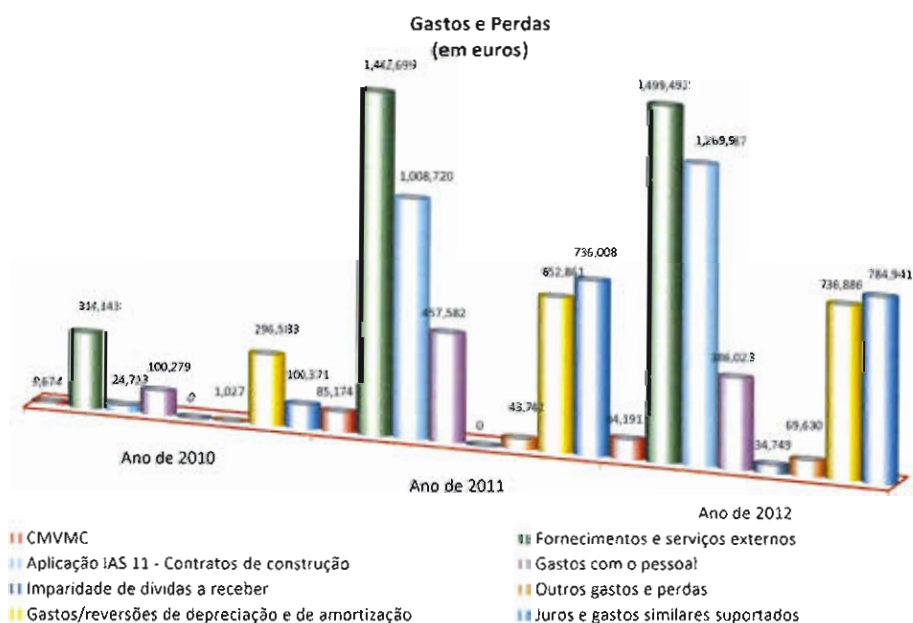
A rubrica de outros gastos e perdas registou em 2012 cerca de 69,629.54 euros (1.43% do total dos gastos do período), tendo registado em 2011 cerca de 43,742.27 euros (0.99% do total dos gastos do período). A variação entre exercícios da rubrica outros gastos e perdas apresentada um acentuado acréscimo de 59.18%, para o qual contribuíram decisivamente, entre outros, a contabilização de impostos e taxas diversas no montante de 43,136.08 euros, donativos no montante de 16,290.00 euros, gastos relativos a sinistros com viaturas no montante de 2,343.25 euros e prestações de serviços bancários no montante de 4,170.09 euros.

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações registou uma variação apreciável, apresentando cerca de 736,885.56 euros, para o período em análise, face a 652,861.04 euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respectivamente 15.14% e 14.75%, sendo a sua variação entre períodos de 12.87%.

Outra das variações mais significativas, face aos períodos em análise, registou-se ao nível dos juros e gastos similares suportados pela Cartágua, a qual registou no período de 2012 cerca de 784,940.73 euros (equivalente a 16.13% do total dos gastos do exercício), que comparativamente com o exercício anterior representa um acréscimo de 6.65%, quando a mesma rubrica registava 736,007.56 euros (equivalente a 16.63% do total dos gastos do exercício), o que se explica maioritariamente pelo aumento do *spread* cobrado, comparativamente com o ano anterior.

O nível da dívida média da empresa, reflecte sobretudo as exigências financeiras decorrentes da continuação das obras ao abrigo do Plano de Investimentos, bem como do valor da Retribuição já liquidada ao Município do Cartaxo, segundo o estabelecido no contrato celebrado entre ambas as partes.

No gráfico seguinte apresentamos, para melhor análise visual, a evolução da estrutura de gastos da Cartágua entre os períodos de 2010 e 2012.



### Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Cartágua foi em 2012 de 4,776,294.26 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 4,168,638.39 euros, representa um acréscimo de 14.58%.

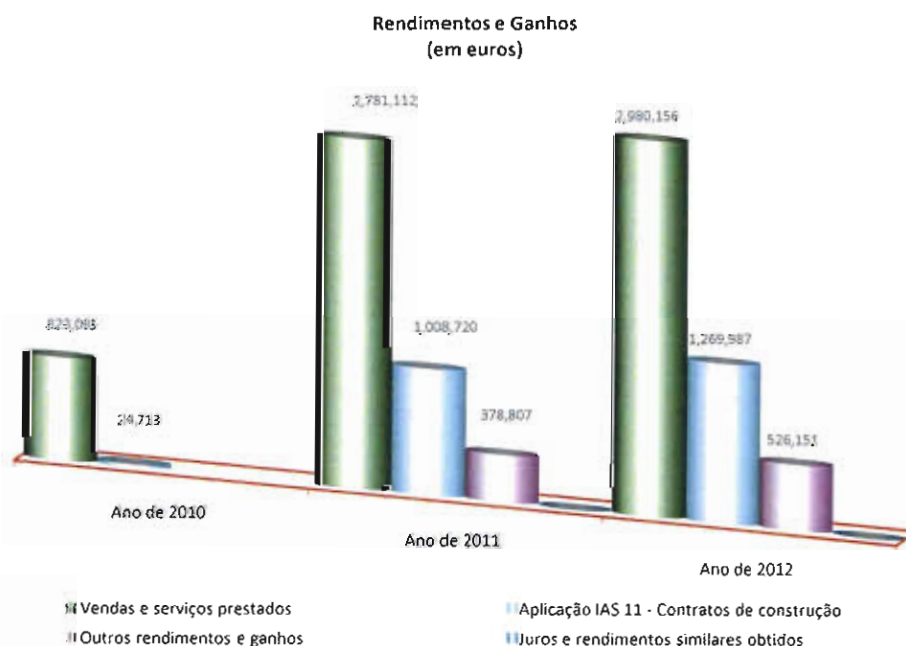
A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2012 cerca de 2,980,156.08 euros, que comparado com o exercício anterior revela, como mencionado anteriormente, um acréscimo de 7.16% face ao valor de 2,781,111.74 em 2011.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2012 com 1,269,987.37 euros, comparativamente com o valor de 1,008,719.63 euros para o período anterior.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, que registou no período em análise 526,150.81 euros, reflecte entre outros, o montante facturado a título de compensação pela aplicação do ajustamento temporário ao tarifário em vigor (510,098.23 euros), ajustes efectuados sobre valores de exercícios anteriores (1,686.61 euros) e outros ganhos diversos. A mesma rubrica, registava em 2011 o valor de 378,807.02 euros.

Não foram registados durante o período de 2012 quaisquer juros ou rendimentos similares obtidos.

No gráfico a seguir podemos observar o peso relativo das rubricas de rendimentos e ganhos, relativamente aos seus saldos anuais dos últimos 3 anos:



- 18 -

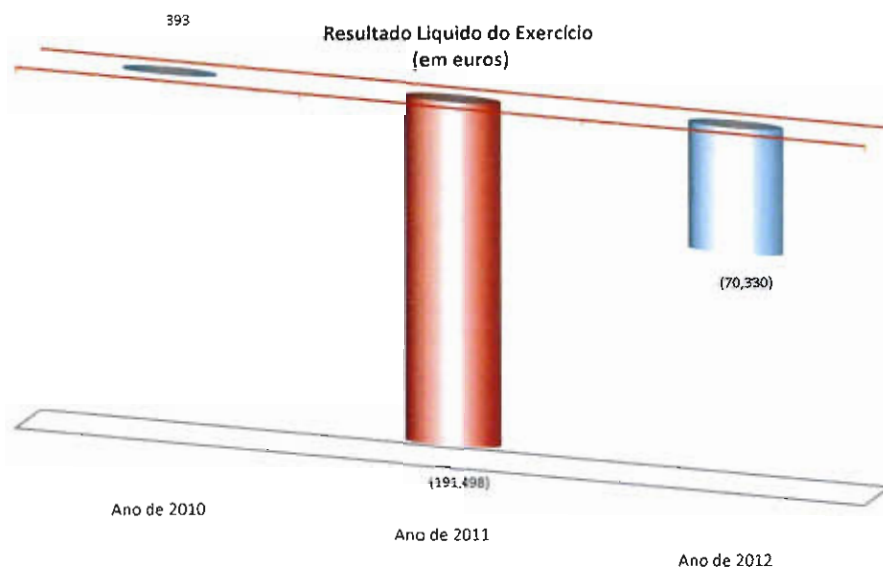
### Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício, ainda que negativo em 70,329.51 euros, representa uma substancial diminuição das perdas face ao período anterior, no qual o mesmo resultado se apresentou negativo em cerca de 191,498.03 euros.

Ainda assim, o valor do resultado líquido do exercício de 2012, encontra-se substancialmente afectado pela contabilização dos gastos com depreciação e amortização, bem como pelos encargos financeiros contabilizados na

Handwritten notes in blue ink: a large 'M' at the top, a checkmark, and the word 'li' below it.

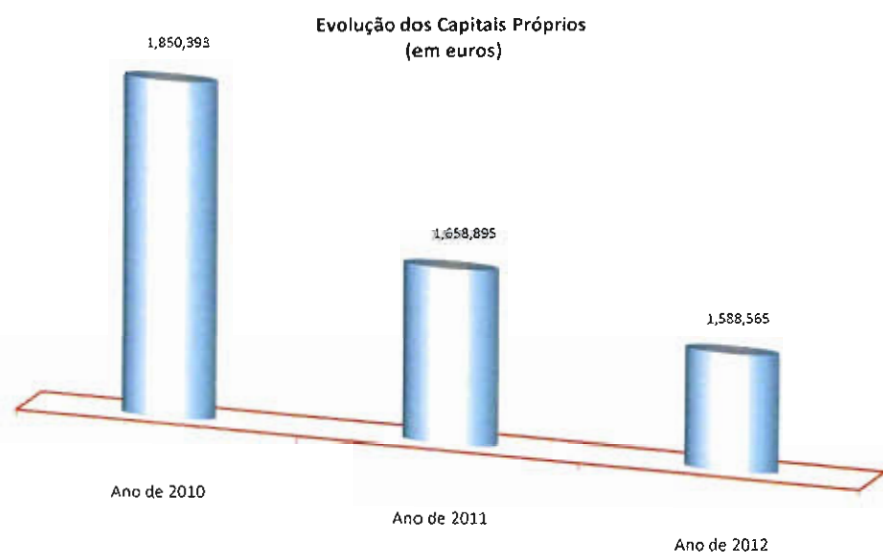
rubrica de juros de financiamentos obtidos - os quais, conjuntamente e comparativamente com o ano anterior se agravaram em quase mais 133 mil euros.



### ***Evolução dos Capitais Próprios***

-19-

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Cartágua, a mesma apresenta-se no final do exercício de 2012, da seguinte forma:



Apesar do ambiente macroeconómico difícil e de um claro abrandamento do consumo, a Cartágua encontra-se confiante na sua estratégia para enfrentar os desafios existentes e para alcançar o seu compromisso de crescimento sustentável,

No actual contexto de agravamento do quadro macroeconómico, as perspectivas elaboradas para 2013, embora mais difíceis de alcançar, mantêm-se válidas.

**Rentabilidade**

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 1,432,221.35 euros relativamente ao período em análise, um substancial acréscimo comparativamente com o período anterior.

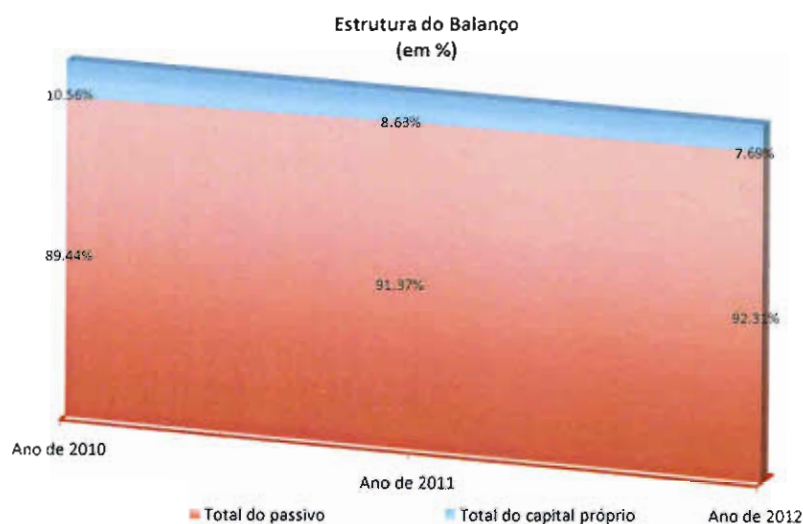
Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um expressivo aumento de 45.51%, situando-se no final de 2012 em 695,335.79 euros.

	Ano 2012	Ano 2011
Rentabilidade do activo total	(0.34%)	(1.00%)
Rentabilidade dos capitais próprios	(4.43%)	(11.54%)
Rentabilidade das vendas	(1.65%)	(5.05%)
EBITDA	1,432,221.35	1,130,721.80
EBIT	695,335.79	477,860.76

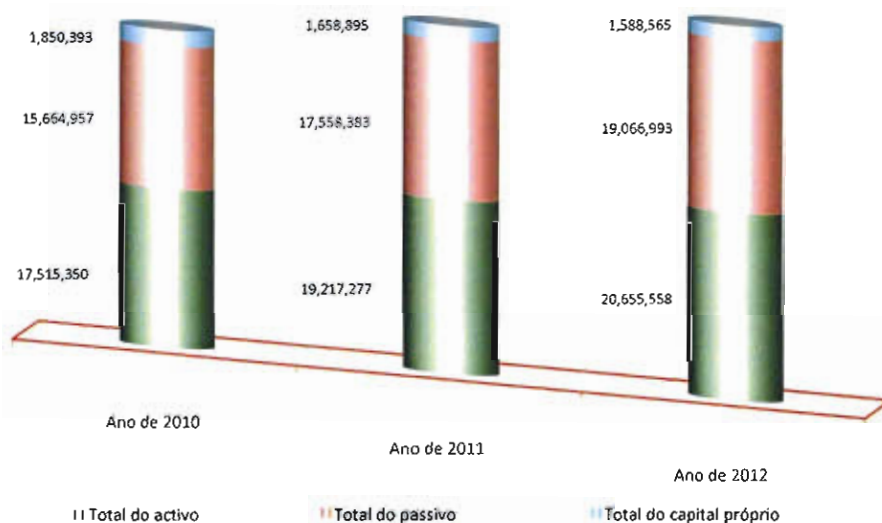
**Estrutura Financeira**

A análise da estrutura do Balanço, em especial nos três últimos anos, reflecte uma tendência de alguma estabilidade entre as principais rubricas; activo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o activo passou de 19,217,277.22 euros em 2011 para 20,655,558.39 euros em 2012. O incremento desta rubrica de balanço, activo não corrente, deve-se em grande parte à contabilização como activo intangível em curso, de todos os trabalhos do plano de investimentos realizados ao abrigo do contrato de concessão durante o ano de 2012.



Em termos desagregados, os capitais próprios passaram de 1,658,895 euros em 2011 para 1,588,565.05 euros em 2012, tendo desta forma reduzido a sua importância na estrutura de capitais de 8.63% para 7.69%, também em consequência de um maior incremento do valor do passivo, de 17,558,382.66 euros em 2011 para 19,066,993.34 euros em 2012.

Evolução dos Capitais Próprios  
(em euros)

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode verificar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2012 um ligeiro agravamento face ao ano de 2011:

- 21 -

	Ano 2012	Ano 2011
Capitais próprios	1,588,565.05	1,658,894.56
Passivo total	19,066,993.34	17,558,382.66
Passivo corrente	9,985,730.08	9,087,281.93
Activo total	20,655,558.39	19,217,277.22
Autonomia financeira (Capitais próprios/Activo total)	7.69%	8.63%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	8.33%	9.45%
Endividamento (Passivo total/Activo total)	92.31%	91.37%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	52.37%	51.75%

## FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Foi aprovada em Reunião de Câmara e ratificado pela Assembleia Municipal a 28 de Fevereiro de 2013, o contrato adicional ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão Conjunta dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água para Consumo público e de Recolha e Rejeição de Efluentes Domésticos no Município de Cartaxo, do qual resultaram as seguintes modificações:

- Alteração dos prazos e montantes relativos à retribuição a pagar à Concedente;
- Inclusão no contrato de uma retribuição de 3% a pagar à Concedente sobre os valores facturados e cobrados em cada período;
- Actualização do tarifário actual (Protocolo Tarifário), realizado segundo a fórmula de Laspeyres;

Esta adaptação prevê ainda as recomendações da ERSAR, por forma a tornar mais correcta a aplicação do protocolo existente (Protocolo Tarifário), efectuando uma actualização progressiva do tarifário.

Com base em revisão contratual datada de 12 de Março de 2013, ficou acordado entre a Cartágua e o Município do Cartaxo, que o pagamento total da renda fixa a pagar à Concedente durante o período da concessão, se altera de 23 milhões de euros para o valor de 10,58 milhões de euros, tendo este contrato efeitos a partir do exercício económico de 2013.

### EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

O Conselho de Administração da Cartágua dá por terminado o seu mandato para o triénio 2010-2012 com um elevado sentido de responsabilidade que decorre do reconhecimento de que o difícil contexto nacional e internacional em que vivemos terá, inevitavelmente, consequências para a gestão da empresa.

Reconhecendo porém, que também nas crises surgem oportunidades, a Administração da Cartágua está determinada em aproveitar os tempos difíceis que atravessamos para implementar reformas que conduzam a uma maior redução de custos e a uma maior eficiência nos serviços prestados.

Alicerçados na experiência dos grupos empresariais a que pertence, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos, e na competência dos seus trabalhadores, encaramos o futuro da Cartágua com muito optimismo e confiança.

### DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.



**PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 70,329.51 euros negativos seja dada a seguinte aplicação:

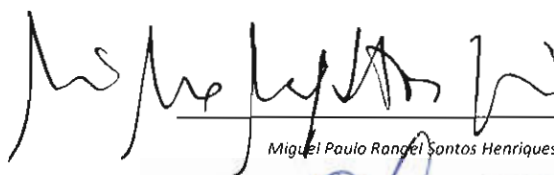
- Para Resultados Transitados: - 70,329.51 euros

**AGRADECIMENTOS**

O Conselho de Administração da Cartágua aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

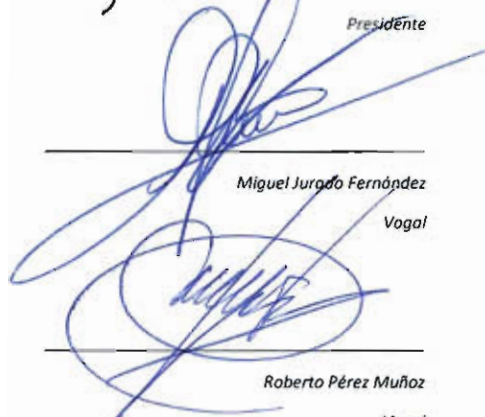
Cartaxo, aos 31 de Março de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Miguel Paulo Rangel Santos Henriques

Presidente



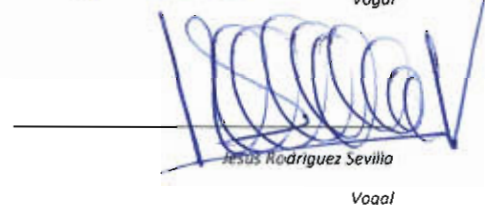
Miguel Jurado Fernández

Vogal



Roberto Pérez Muñoz

Vogal



Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal



Júlio de Jesus Bento

Vogal

-23-

## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade monetária (1)

	NOTAS	2012	2011
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	3.2 ; 6	55,367.16	75,498.86
Activos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	17,888,772.49	17,095,279.97
Activos por impostos diferidos	3.4	144,198.55	81,275.55
<b>sub-total</b>		<b>18,088,338.20</b>	<b>17,252,054.38</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	3.5	122,540.00	69,118.23
Clientes	3.7 ; 9	1,337,784.96	1,307,302.91
Estado e outros entes públicos	3.4 ; 8	140,898.06	49,763.88
Outras contas a receber	3.7 ; 9	478,955.49	383,278.01
Diferimentos	4	1,993.35	0.00
Caixa e depósitos bancários	3.7 ; 11	485,048.33	155,759.81
<b>sub-total</b>		<b>2,567,220.19</b>	<b>1,965,222.84</b>
<b>Total do activo</b>		<b>20,655,558.39</b>	<b>19,217,277.22</b>
<b>CAPITAL PROPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	3.6	1,850,000.00	1,850,000.00
Reservas legais	3.6	78.51	78.51
Outras reservas	3.6	314.08	314.08
Resultados transitados	3.6	(191,498.03)	0.00
Resultado líquido do período	3.6	(70,329.51)	(191,498.03)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1,588,565.05</b>	<b>1,658,894.56</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Outras contas a pagar	3.7 ; 13	9,081,263.26	8,471,100.73
<b>sub-total</b>		<b>9,081,263.26</b>	<b>8,471,100.73</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	1,503,070.75	894,929.26
Estado e outros entes públicos	3.4 ; 8	52,144.69	27,845.91
Accionistas/sócios	3.7 ; 12	5,975,000.00	5,975,000.00
Outras contas a pagar	3.7 ; 11	2,455,514.64	2,189,506.76
<b>sub-total</b>		<b>9,985,730.08</b>	<b>9,087,281.93</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>19,066,993.34</b>	<b>17,558,382.66</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>20,655,558.39</b>	<b>19,217,277.22</b>

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade monetária (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2012	2011
Vendas e serviços prestados	3.8 ; 14	4,250,143.45	3,789,831.37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.5 ; 15	(84,191.16)	(85,173.97)
Fornecimentos e serviços externos	16	(2,769,479.57)	(2,451,418.34)
Gastos com o pessoal	17	(386,023.48)	(457,582.01)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(34,749.16)	0.00
Outros rendimentos e ganhos	18	526,150.81	378,807.02
Outros gastos e perdas	19	(69,629.54)	(43,742.27)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1,432,221.35</b>	<b>1,130,721.80</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20	(736,885.56)	(652,861.04)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>695,335.79</b>	<b>477,860.76</b>
Juros e gastos similares suportados	21	(784,940.73)	(736,007.56)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(89,604.94)</b>	<b>(258,146.80)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	22	19,275.43	66,648.77
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(70,329.51)</b>	<b>(191,498.03)</b>

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade monetária (1)

RUBRICAS	2012	2011
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	3,600,891.18	2,645,210.63
Pagamentos a fornecedores	(2,493,976.46)	(1,042,558.36)
Pagamentos ao pessoal	(410,520.25)	(408,391.39)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(21,758.64)	(1,863.75)
Outros recebimentos/pagamentos	50,441.86	513,406.97
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>725,077.68</b>	<b>1,705,804.10</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(2,813.74)	(81,915.09)
Activos intangíveis	158,552.26	(1,976,020.04)
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>155,738.52</b>	<b>(2,057,935.13)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0.00	805,000.00
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(551,527.67)	(279,990.09)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>(551,527.67)</b>	<b>525,009.91</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>329,288.53</b>	<b>172,878.88</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>155,759.80</b>	<b>(17,119.08)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>485,048.33</b>	<b>155,759.80</b>

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Unidade monetária (€)										
	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de activos fixos	Ajustamentos ao valor de activos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	1.850.000,00				78,51	314,08			(191.498,03)	(191.498,03)	1.658.894,56
Aplicação de resultados									191.498,03	191.498,03	
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio	1.850.000,00				78,51	314,08			(191.498,03)		1.658.894,56
Resultado líquido do período									(70.329,51)	(70.329,51)	
Posição no fim do período	1.850.000,00				78,51	314,08			(191.498,03)	(70.329,51)	1.588.565,05

(€) - O euro, admitindo-se, em função de dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Unidade monetária (€)										
	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de activos fixos	Ajustamentos ao valor de activos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	1.850.000,00										1.850.000,00
Aplicação de resultados					78,51	314,08					392,59
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio	1.850.000,00				78,51	314,08					1.850.392,59
Resultado líquido do período										(191.498,03)	(191.498,03)
Posição no fim do período	1.850.000,00				78,51	314,08				(191.498,03)	1.658.894,56

(€) - O euro, admitindo-se, em função de dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é uma sociedade anónima com sede na Zona Industrial do Cartaxo, lote 20, em Vila Chã de Ourique, constituída em 18 de Março de 2010, tendo como actividade principal a prossecução da Concessão da Exploração e Gestão Conjunta dos Serviços Públicos municipais de Abastecimento de Água para Consumo público e de Recolha e Rejeição de Efluentes Domésticos no Município de Cartaxo, incluindo esta actividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os actos necessários para a prossecução da sua actividade.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações excepcionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

- 28 -

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Cartágua, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como adoptadas na União Europeia a 1 de Janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

#### 3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma actividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Esta actividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cashflow, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contábilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adoptou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que actuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua actividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

### IFRIC 12

A concessão inclui uma infra-estrutura já edificada pelo município, a construção de novas infra-estruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infra-estruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as as infra-estruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao município, um activo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infra-estrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efectuar um investimento total de 13.850 milhares de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infra-estrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do activo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no Activo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições actuais e construção de novas infra-estruturas. O contrato de Concessão actualmente em vigor estabelece o pagamento de uma renda total durante o período da concessão de 23 milhões de euros.

O passivo financeiro registado na contabilidade da Cartágua, e que foi no seu momento inicial reconhecido pelo seu justo valor, foi subsequentemente mensurado pelo custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo, tendo a empresa procedido no exercício de 2011 ao desreconhecimento de 6,322,680.38 euros no activo intangível e no passivo financeiro - outras contas a pagar não corrente.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infra-estruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Cartágua reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infra-estruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

### 3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

Handwritten notes in blue ink, including a signature and some illegible scribbles.

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

No momento do abate ou alienação serão calculados os ganhos ou perdas respectivos, face ao valor líquido dos bens, e serão registados como outros proveitos ou custos operacionais.

### 3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um activo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infra-estruturas com base num activo intangível.

O activo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infra-estruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O activo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefício económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

- 30 -

### 3.4. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido activo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de activos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transacção ou evento que lhes deu origem.



### 3.5. INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

### 3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

- Capital realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

- Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

- Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afectação decorre da deliberação dos detentores de capital.

- Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

- Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício.

### 3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros na empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

- Clientes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objectiva da incobrabilidade da dívida.

- Estado e outros entes públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

- Outras contas a receber

As outras contas a receber incluem, devedores por acréscimos de rendimentos, dívidas do pessoal e outros devedores, e encontram-se valorizadas ao custo.

#  
M  
N  
L  
V

- Diferimentos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

- Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

- Outras contas a pagar

As outras contas a pagar incluem, credores por acréscimos de rendimentos, fornecedores de investimento, dívidas ao pessoal e outros credores, e encontram-se valorizadas ao custo.

- Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

- 32 -

### 3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

### 3.9. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a Empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual.

Handwritten notes in blue ink, including a checkmark and some illegible characters.

Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantenha-se a possibilidade de afectar os períodos futuros, a Empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam activos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

### 3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

### 3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES

- 33 -

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto que os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

Foi aprovada em Reunião de Câmara e ratificado pela Assembleia Municipal a 28 de Fevereiro de 2013, o contrato adicional ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão Conjunta dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água para Consumo público e de Recolha e Rejeição de Efluentes Domésticos no Município de Cartaxo, do qual resultaram as seguintes modificações:

- Alteração dos prazos e montantes relativos à retribuição a pagar à Concedente;
- Diminuição dos montantes fixos e Inclusão no contrato de uma retribuição de 3% a pagar à Concedente sobre os valores facturados e cobrados em cada período;
- Actualização do tarifário actual (Protocolo Tarifário), realizado segundo a formula de Laspeyres;

Esta adaptação prevê ainda as recomendações da ERSAR, por forma a tornar mais correcta a aplicação do protocolo existente (Protocolo Tarifário).

Em termos contabilísticos, a empresa irá ajustar o valor do intangível, bem como da responsabilidade evidenciada nas Demonstrações Financeiras que à data de 31 de Dezembro de 2012 ascende a 23 Milhões de Euros.

Presentemente a empresa encontra-se a analisar a totalidade do impacto contabilístico da totalidade das alterações contractuais, sendo que à data de emissão do relatório não conseguimos sobre a totalidade dos efeitos contabilísticos a registar no exercício de 2013.

### 3.12. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal Cliente é uma entidade de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

### 3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Os valores estimados referentes aos activos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em períodos seguintes são reconhecidas em resultados e são objecto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, proceder-se-á à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações.

### 4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão da empresa efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações à data do reporte da informação financeira.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da empresa, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes dos apresentados nestas estimativas.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012, não ocorreram alterações significativas de estimativas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de Dezembro de 2011.

### 5. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte dos grupos FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 60.00% da empresa aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A., e Lena, S.G.P.S., através da participação de 40.00% da empresa Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.

As contas da sociedade são incluídas na consolidação das contas dos respectivos grupos.

Relativamente às transacções entre partes relacionadas, a 31 de Dezembro de 2012, o detalhe dos saldos respectivos era o seguinte:

	Ano 2012	Ano 2011
<b>Passivo</b>		
<b>Fornecedores C/C</b>		
<i>Aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)</i>	891,425.25	465,500.46
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
<i>Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.</i>	450,517.23	229,166.10
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		

	Ano 2012	Ano 2011
<b>Accionistas/Sócios</b>		
<i>Aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Madrid)</i>	3,573,000.00	3,573,000.00
<i>(Transacções relativas a empréstimos obrigo do contrato de suprimentos assinado entre as partes)</i>		
<i>Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.</i>	2,402,000.00	2,402,000.00
<i>(Transacções relativas a empréstimos obrigo do contrato de suprimentos assinado entre as partes)</i>		
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		
<i>HIDC - Hidro-Investimentos do Centro</i>	800,322.42	618,895.32
<i>(Transacções relativas a aquisição de Imobilizado. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
<b>Outros devedores e credores</b>		
<i>HIDC - Hidro-Investimentos do Centro</i>	106,598.00	0.00
<i>(Transacções relativas a aquisição de Imobilizado. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
<i>Aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Madrid)</i>	324,136.34	201,043.06
<i>(Transacções relativas ao juro de empréstimos cobrados ao abrigo do contrato de suprimentos assinado entre as partes. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
<i>Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.</i>	183,688.40	102,483.47
<i>(Transacções relativas ao juro de empréstimos cobrados ao abrigo do contrato de suprimentos assinado entre as partes. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
<b>Total</b>	<b>8,731,687.64</b>	<b>7,592,088.41</b>

-35-

## 6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2011	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2012
<b>Activos fixos tangíveis</b>				
Equipamento básico	45,295.95	0.00		45,295.95
Equipamento de transporte	5,273.43	2,092.74		7,366.17
Equipamento administrativo	52,200.81	721.00		52,921.81
<b>Total</b>	<b>102,770.19</b>	<b>2,813.74</b>		<b>105,583.93</b>
<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>				
<b>Activos fixos tangíveis</b>				
Equipamento básico	13,776.36	9,857.58		23,633.94
Equipamento de transporte	1,318.35	1,318.36		2,636.71
Equipamento administrativo	12,176.62	11,769.50		23,946.12
<b>Total</b>	<b>27,271.33</b>	<b>22,945.44</b>		<b>50,216.77</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>75,498.86</b>	<b>(20,131.70)</b>		<b>55,367.16</b>
<b>ACTIVO BRUTO INTANGÍVEL</b>	<b>Saldo em 31.12.2011</b>	<b>Aumentos e Reavaliações</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Saldo em 31.12.2012</b>
<b>Activos intangíveis</b>				
em Firma	16,677,319.62	0.00		16,677,319.62
em Curso	1,033,432.88	1,269,987.37		2,303,420.25
<b>Total</b>	<b>17,710,752.50</b>	<b>1,269,987.37</b>		<b>18,980,739.87</b>

## AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

Activos intangíveis			
em Firme	615,472.53	476,494.85	1,091,967.38
<b>Total</b>	<b>615,472.53</b>	<b>476,494.85</b>	<b>1,091,967.38</b>
<b>Saldo liquido</b>	<b>17,095,279.97</b>	<b>793,492.52</b>	<b>17,888,772.49</b>

## 7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O Detalhe da rubrica de impostos diferidos a 31 de Dezembro de 2012, e de acordo com as diferenças temporárias que lhe deram origem, era o seguinte:

	Ano 2012		Ano 2011	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
<b>Saldo inicial</b>	<b>81,275.55</b>			
Efeitos na demonstração de resultados				
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais	62,923.00		81,275.55	
<b>Total dos efeitos na demonstração de resultados</b>	<b>62,923.00</b>		<b>81,275.55</b>	
<b>Saldo final</b>	<b>144,198.55</b>		<b>81,275.55</b>	

## 8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2012 o detalhe da conta de Estado e Outros Entes Públicos apresentava-se da seguinte forma:

	Ano 2012	Ano 2011
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rendimento	8,379.66	0.00
Retenção de impostos sobre o rendimento	3,645.59	0.00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	128,339.45	49,763.88
Outros Impostos	533.36	0.00
<b>Total</b>	<b>140,898.06</b>	<b>49,763.88</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	0.00	13,378.98
Retenção de impostos sobre o rendimento	46,565.07	6,313.03
Contribuições para a segurança social	5,579.62	8,153.90
<b>Total</b>	<b>52,144.69</b>	<b>27,845.91</b>

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

A rubrica Clientes C/C reflecte o valor em dívida dos consumidores finais a 31 de Dezembro de 2012.

	Ano 2012	Ano 2011
<b>Clientes</b>		
Clientes C/C	1,372,534.12	1,307,302.91
Perdas por imparidade acumuladas	(34,749.16)	0.00
<b>Total</b>	<b>1,337,784.96</b>	<b>1,307,302.91</b>

A 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Outras Contas a Receber apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Outras contas a receber		
Pessoal	694.51	0.00
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de facturação (1)	41,467.80	37,203.09
Protocolo de ajustamento temporário (nota 3.10)	72,500.00	139,300.63
Outros valores a receber	362,763.69	204,466.79
Devedores e credores diversos	1,529.49	2,307.50
<b>Total</b>	<b>478,955.49</b>	<b>383,278.01</b>

(1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício no porte de receitas, que respeitam ao desfazimento temporal, entre a facturação e a contagem real do consumos efectuados.

## 10. DIFERIMENTOS

A 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Diferimentos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	1,993.35	0.00
<b>Total</b>	<b>1,993.35</b>	

## 11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2012 e a reconciliação entre esse valor e o montante de caixa e equivalentes de caixa constante da demonstração da posição financeira nessa data era:

	Ano 2012	Ano 2011
Caixa	1,758.34	2,333.30
Depósitos à ordem		
Santander Totta	6,060.92	8,487.15
Caixa Geral de Depósitos	477,229.07	144,939.36
<b>Total</b>	<b>485,048.33</b>	<b>155,759.81</b>
<b>Saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>485,048.33</b>	<b>155,759.81</b>

## 12. FINANCIAMENTOS

As dívidas a instituições de crédito e sociedades financeiras, correntes e não correntes, decompunham-se, à data de 31 de Dezembro de 2012, da seguinte forma:

	Ano 2012	Ano 2011
Accionistas/Sócios		
Empréstimos concedidos		
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A.	3,573,000.00	3,573,000.00
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	2,402,000.00	2,402,000.00
<b>Total</b>	<b>5,975,000.00</b>	<b>5,975,000.00</b>

12/12/12

**13. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDITORES**

A rubrica de fornecedores de conta corrente reflecte as facturas em aberto, a pagar a fornecedores diversos, à data de 31 de Dezembro de 2012, sendo o seu detalhe o seguinte:

	Ano 2012	Ano 2011
Fornecedores		
Fornecedores C/C	1,503,070.75	894,929.26
<b>Total</b>	<b>1,503,070.75</b>	<b>894,929.26</b>

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Outras Contas a Pagar, a mesma apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2012	Ano 2011
Passivo não corrente		
Outras contas a pagar		
Investimentos reversíveis - Acréscimo de gastos (nota 3.1 e 3.10)	906,909.13	511,166.96
Investimentos reversíveis - Retribuição a pagar (nota 3.1 e 3.10)	8,174,354.13	7,959,933.77
<b>Total</b>	<b>9,081,263.26</b>	<b>8,471,100.73</b>
	<b>Ano 2012</b>	<b>Ano 2011</b>
Passivo corrente		
Outras contas a pagar		
Pessoal	0.00	19,431.48
Fornecedores de investimentos	803,002.49	628,870.59
Credores por acréscimos de gastos	465,849.64	315,541.02
Devedores e credores diversos	726,662.51	535,663.67
Investimentos Reversíveis - Canon a Pagar (nota 3.1 e 3.10)	460,000.00	690,000.00
<b>Total</b>	<b>2,455,514.64</b>	<b>2,189,506.76</b>

- 38 -

**14. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Vendas	1,875,442.85	1,651,459.57
Serviços prestados	1,104,723.23	1,129,652.17
Subcontratos (2)	1,269,977.37	1,008,719.63
<b>Total</b>	<b>4,250,143.45</b>	<b>3,789,831.37</b>

(2) Corresponde à componente de proveitos reconciliadas na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

**15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS**

A 31 de Dezembro de 2012 o detalhe da conta de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas é o seguinte:

	Ano 2012	Ano 2011
Materias-primas		
Existencias iniciais	69,118.23	0.00
Compras	137,612.93	154,292.20
Existencias finais	(122,540.00)	(69,118.23)
<b>Total</b>	<b>84,191.16</b>	<b>85,173.97</b>



149

**16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

A 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Subcontratos	99,300.47	152,966.13
Subcontratos (2)	1,269,977.37	1,008,719.63
Serviços especializados	1,001,264.28	863,203.34
Materiais	13,068.33	19,347.52
Energia e fluidos	216,024.19	239,483.67
Deslocações, estadas e transportes	18,375.13	11,901.96
Serviços diversos	151,469.80	155,796.09
<b>Total</b>	<b>2,769,479.57</b>	<b>2,451,418.34</b>

(2) Corresponde à componente de custos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

**17. CUSTOS COM O PESSOAL**

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Custos com o Pessoal apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Remunerações	301,265.49	357,693.25
Encargos sociais	56,795.14	66,300.86
Seguros de acidentes de trabalho	5,097.07	5,590.75
Gastos de acção social (SHT)	2,722.06	3,490.40
Outros gastos com o pessoal	20,143.72	24,506.75
<b>Total</b>	<b>386,023.48</b>	<b>457,582.01</b>

Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2011 de 24 pessoas.

**18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

Em 31 de Dezembro de 2012 o detalhe da rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos era como segue:

	Ano 2012	Ano 2011
Rendimentos suplementares (4)	510,098.23	378,806.68
Correcções relativas a períodos anteriores	1,686.61	0.00
Outros Não Especificados	14,365.97	0.34
<b>Total</b>	<b>516,150.81</b>	<b>378,807.02</b>

(4) Corresponde ao montante facturado no período em análise, segundo aplicação do Protocolo de Ajustamento Temporário ao Tarifário em Vigor, o qual foi aprovado em reunião da assembleia municipal de 1 de setembro de 2011, como compensação pelo aplicação do ajustamento temporário ao tarifário, às quantias correspondentes ao diferencial entre a receita efectivamente obtida pela Cartágua e aquela que obteria caso aplicasse aos utilizadores as tarifas previstas no tarifário aprovado no âmbito do Aditamento ao Contrato de Concessão.

**19. OUTROS GASTOS E PERDAS**

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Outros Gastos e Perdas apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2012	Ano 2011
Impostos e Taxas	43,218.54	36,041.72
Donativos	16,290.00	0.00
Quotizações	0.00	300.00
Serviços Bancários	4,623.55	4,780.19
Gastos de Periodos Anteriores	2,564.70	88.44
Multas e Penalidades	589.50	1,241.32
Sinistros e Franquias	2,343.25	1,290.60
<b>Total</b>	<b>69,629.54</b>	<b>43,742.27</b>

## 20. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Em 31 de Dezembro de 2012, o detalhe de gastos/reversões de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2012	Ano 2011
<b>Activos fixos tangíveis</b>		
Equipamento básico	9,857.58	9,857.57
Equipamento de transporte	1,318.36	1,318.35
Equipamento administrativo	11,769.50	11,529.13
<b>Activos intangíveis</b>		
Investimentos reversíveis	237,445.27	206,350.13
Outros activos intangíveis	476,494.85	423,805.86
<b>Total</b>	<b>736,885.56</b>	<b>652,861.04</b>

- 40 -

## 21. RESULTADOS FINANCEIROS

A rubrica de Resultados Financeiros apresentava no período findo em 31 de Dezembro de 2012 a seguinte composição:

	Ano 2012	Ano 2011
<b>Juros suportados</b>		
Juros de financiamentos obtidos	455,363.01	253,393.41
Juros efectivos do passivo financeiro (5){nota 3.10}	329,420.36	482,614.15
Juros de mora	39.64	0.00
Juros compensatórios	117.72	0.00
<b>Total</b>	<b>784,940.73</b>	<b>736,007.56</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(784,940.73)</b>	<b>(736,007.56)</b>

(5) Passivo financeiro registado ao custo amortizado.

## 22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita à tributação em sede de Imposto Sobre Rendimentos de Pessoas Colectivas (IRC) á taxa de 25% sobre a matéria colectável.

Ao valor da colecta de IRC acresce Derrama, a qual incide sobre o lucro tributável, que variará consoante o Município em questão. No caso do Município de Cartaxo a Derrama é de 0.75%.

Nos termos do Código do Imposto Sobre Rendimentos de Pessoas Colectivas (CIRC), a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas e condições nele previstas.

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração de resultados, no período findo em 31 de Dezembro de 2012, apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Resultado líquido do período (expurgado do impacto do imposto diferido)	(133,252.51)	(272,773.58)
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	395,742.17	511,166.96
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	43,647.57	14,626.78
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	589.50	1,241.32
Correcções relativas a períodos anteriores	2,564.70	88.44
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(158,296.90)	(204,466.79)
<b>Lucro tributável</b>	<b>150,994.53</b>	<b>49,883.13</b>
Prejuízos reportados de anos anteriores	0.00	0.00
<b>Materia colectável</b>	<b>150,994.53</b>	<b>49,883.13</b>
Imposto à taxa de 12,50% (a)	0.00	1,562.50
Imposto à taxa de 25,00% (b)	37,748.63	9,345.78
Pagamento especial por conta	8,379.66	2,495.60
Retenções na fonte	0.00	0.00
Pagamento por conta	0.00	0.00
<b>IRC a pagar</b>	<b>29,368.97</b>	<b>8,412.68</b>
Derrama	2,264.92	334.22
Tributações autónomas	3,634.02	3,384.28
<b>Total a pagar</b>	<b>35,267.91</b>	<b>12,131.18</b>
<b>Imposto do período</b>	<b>43,647.57</b>	<b>14,626.78</b>

(a) Incide sobre a matéria colectável até 12.500,00 euros.

(b) Incide sobre a matéria colectável superior a 12.500,00 euros.

## 23. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

### 23.1 ACTIVOS CONTINGENTES

À data de 31 de Dezembro de 2012, não existiam na Cartágua activos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

### 23.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal de Cartaxo, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2012	Ano 2011
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A.	180,000.00	180,000.00
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	120,000.00	120,000.00
<b>Total</b>	<b>300,000.00</b>	<b>300,000.00</b>

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Cartáguas - Águas do Cartaxo, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 20.655.558,39 Euros e um total de capital próprio de 1.588.565,05 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 70.329,51 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 7 de Outubro de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequação dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase, cujo conteúdo consideramos parte integrante deste relatório.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

### Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Cartáqua - Águas do Cartaxo, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2012 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2012 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2012, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 07 de Outubro de 2013

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)  
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

